

Alcolumbre não cede e mantém quebra de sigilo de Lulinha

Presidente do Senado rejeitou o pedido de anulação feito pelos governistas

Lula Marques/Agência Brasil.

Por Beatriz Matos

Foi em uma leitura carregada de explicações regimentais e fundamentos técnicos que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deu seu parecer sobre o pedido da base governista para anular a votação da última sessão da CPMI do INSS. Ao final, manteve a quebra de sigilo de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Lula (PT).

A decisão praticamente encerra a disputa aberta após a sessão tumultuada que terminou em empurrões e acusações dentro da comissão. Governistas alegavam erro na contagem dos votos e sustentavam que o presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), teria proclamado um resultado diferente do que, segundo eles, indicava o plenário.

Decisão

O senador Davi Alcolumbre afirmou que solicitou exame técnico à Advocacia do Senado e à Secretaria-Geral da Mesa antes de se manifestar. O ponto central da controvérsia era o quórum:



Para Alcolumbre, nem haveria motivos para o recurso governista a ele

havia 31 parlamentares com presença registrada no painel eletrônico no momento da votação.

Para que os requerimentos fossem rejeitados, seriam necessários 16 votos contrários. Ainda que se admitissem 13 ou 14 votos contra — número alegado pela base — o total não atingiria a maioria exigida.

“A suposta violação das normas regimentais não se mostra evidente e inequívoca”, declarou Alcolumbre. Para ele, não havia motivo para intervenção da Presidência do Congresso.

Peso político

Nos bastidores, aliados do governo admitem que todo o

“esperneio” já teria pouco efeito prático. Isso porque o Supremo Tribunal Federal (STF) havia autorizado, ainda em janeiro, a quebra dos sigilos de Lulinha no âmbito de investigação conduzida pela Polícia Federal (PF). Ou seja, independentemente da disputa interna na CPMI, os dados já estavam ju-

dicialmente acessíveis.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), reconheceu a decisão e afirmou que a base aceita o entendimento. “Nós nos curvamos ao entendimento pacificado no dia de hoje”, disse.

A controvérsia, portanto, foi mais política do que jurídica, especialmente após a sessão descambar para confronto físico entre parlamentares.

Próximo passo

Com a decisão, permanecem válidos os 87 requerimentos aprovados naquela reunião. Mas o capítulo da CPMI ainda não está encerrado.

Alcolumbre terá de decidir se autoriza a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais 60 dias — movimento que pode ampliar o desgaste político ou redefinir o ritmo da investigação.

A depender dessa escolha, Alcolumbre poderá sinalizar se pretende esfriar ou prolongar a temperatura de um dos temas mais sensíveis do embate entre governo e oposição neste início de ano legislativo.

Nikolas voou em jatinho ligado a Vorcaro

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Por Beatriz Matos

Se o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luís Lula da Silva, provoca desgastes ao governo, uma situação agora poderá vir a desgastar a oposição. Outros deputados começaram a ter seus nomes associados ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Desta vez, o centro da controvérsia envolve o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), após a revelação de que ele utilizou uma aeronave ligada ao banqueiro durante a campanha eleitoral de 2022.

A informação foi divulgada pelo jornal O Globo. Segundo a apuração, Nikolas participou da caravana “Juventude pelo Brasil”, em apoio ao então presidente Jair Bolsonaro (PL), percorrendo ao menos nove estados e o Distrito Federal (DF) no segundo turno. Os deslocamentos teriam sido feitos em um avião Embraer 505 Phenom 300, com capacidade para 11 passageiros.

Registros de transponder indicariam que os voos coincidem com as datas e cidades visitadas entre 20 e 28 de outubro de 2022, inclu-

do capitais do Nordeste, Brasília e municípios mineiros. À época, porém, as investigações sobre o empresário ainda não eram públicas. A Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), só teve desdobramentos conhecidos a partir de novembro de 2025, após apurações iniciadas em 2024 sobre supostas fraudes financeiras.

Em nota, Nikolas afirmou que participou do voo a convite para agenda de campanha e que desconhecia o proprietário da aeronave. Segundo ele, não havia qualquer informação pública que levantasse suspeitas sobre irregularidades naquele momento.

Reação política

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, questionou nas redes sociais a eventual ausência de declaração da utilização da aeronave à Justiça Eleitoral e associou o episódio ao escândalo financeiro envolvendo o Master.

Já a deputada estadual Bella Gonçalves (Psol-MG) protocolou representação na Procuradoria-Geral Eleitoral pedindo investigação sobre possível uso indevido de recursos privados na campanha.

Na Câmara, o deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou requerimentos para convocar Nikolas à CPMI do INSS e solicitou a quebra de seus sigilos bancário e fiscal, além de medidas semelhantes contra o pastor Guilherme Batista, ligado à Igreja Lagoinha.

CPI suspensa

Enquanto a polêmica ganhava novos capítulos, a CPI do Crime Organizado cancelou a sessão desta terça-feira (3) que ouviria o ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o empresário João Carlos Falbo Mansur, da Reag Investimentos.

O presidente da comissão, Fabiano Contarato (PT-ES), informou que o ministro André Mendonça, do STF, concedeu habeas corpus a Campos Neto, dispensando-o do comparecimento obrigatório. O empresário Mansur, por sua vez, não compareceu, apesar da decisão judicial que mantinha sua convocação.

Com isso, o depoimento foi reagendado para a próxima semana. A depender do andamento, a comissão poderá deliberar apenas sobre requerimentos nos próximos dias.



Nikolas diz que não sabia que avião era de Vorcaro